

# Institucionalização do sistema escolar público do município de Porteirinha, Norte de Minas: escolas e políticos para o povo (1930-1970)

*Wilney Fernando Silva*<sup>1</sup>  
*José Pereira Peixoto Filho*<sup>2</sup>

## **Resumo**

Neste artigo, discutimos a institucionalização do sistema escolar público do município de Porteirinha, abordando aspectos do plano político e de ações educativas. O objetivo do trabalho é refletir sobre as diversas articulações exercidas pelas lideranças políticas locais, com o intuito de concretizar o sistema educacional por meio de construções de escolas, da Secretaria Municipal de Educação, da institucionalização da profissão docente etc. Para isso, o trabalho procura situar o local dentro da conjuntura nacional durante as décadas de 1930 a 1970. Os mecanismos político-pedagógicos dessa construção foram analisados com base em fontes primárias que incluíram a bibliografia em livros, em artigos que abordam a questão da história local e regional; em documentação impressa, manuscrita e iconográfica existente nos arquivos de escolas públicas, no Arquivo Público Municipal e em diversos arquivos particulares; além disso, foram analisados documentos construídos por meio da recolha de entrevistas junto a ex-professores.

**Palavras-chave:** institucionalização; sistema escolar; políticos locais.

---

1 Universidade Federal de Uberlândia.

2 Universidade do Estado de Minas Gerais.

# Institutionalization of the public school system of the city of Porteirinha, north of Minas Gerais: schools and politicians to the people (1930-1970)

## Abstract

In this article we discuss the institutionalization of the public school system of the city of Porteirinha, addressing aspects of the political plane of educational actions. The objective is to reflect the diverse joints exercised by local political leaders to realize seen from the educational system I urinate on buildings of schools give municipal secretary of education and institutionalization give teaching profession. For this, the procurement work place to place within the national context the during the decades from 1930 from 1970. The political-pedagogical deesa building mechanisms were analyzed based on that included springs primary from literature in books, and aboard the question give articles from regional history site; in impressed handwritten existing documentation and we iconography files of public schools in the Arquivo Público Municipal and various private archives; furthermore, documents were analyzed constructed by collecting interviews with teachers former.

**Keywords:** institutionalization; school system; local politicians.

## 1 Introdução

Este trabalho é parte integrante da pesquisa de mestrado “A Escola Normal de Porteirinha: entre velhas práticas coronelistas e a nova ordem desenvolvimentista”, junto ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Itaúna/MG. O período compreendido entre o Estado Novo (1937) até meados do governo militar de 1964 é significativo na história da educação do Brasil. Os processos de industrialização e de urbanização e as complexas relações sociais e políticas, nesse momento de mudanças, constituem temas sempre suscetíveis a discussões na área

Liobas. O grupo dos Liobas era formado pelos seguidores de Anísio e Anfrísio. Esse pleito trouxe ao município um verdadeiro clima de tensão; nessa arena política, o líder dos Gabirobas vence a disputa e rompe com a política Anísio/Anfrísio. No entanto, essas disputas se arrastaram até meados da década de 1970, sendo impregnadas por relações de favor, de dominação e de subordinação.

Em Porteirinha, a área educacional foi pensada enquanto formação de mão de obra qualificada e objeto de concretização de promessas políticas. O estudo dessas relações políticas com as políticas educacionais é o que se pretende neste trabalho. Embora se volte para um local específico – a organização do sistema educacional do município de Porteirinha – não se pode compreender a manifestação dessas relações isoladas do todo nacional.

Como embasamento teórico, foram realizadas pesquisas em diversos trabalhos científicos. Desse modo, este artigo também se utiliza de teses e dissertações produzidas nos últimos anos e que tratam da temática abordada aqui. Os estudos foram produzidos por pesquisadores inseridos nos diversos programas de Pós-graduação em Educação do país. Impregnados pela riqueza da história e da institucionalização da educação em seus contextos, esses pesquisadores elaboraram importantes trabalhos que versam sobre as peculiaridades e os diferentes aspectos da história de cada região, contribuindo, assim, para a recuperação e para a preservação da história da institucionalização do sistema educacional regional e local.

Trabalhos como a tese de doutorado de Célia Carmem Martinson (2009), intitulada *Institucionalização da Escola Pública em área rural – Joaçaba/SC (1938-1961)*, focaliza o processo de institucionalização progressiva da escola pública primária na área rural, entre 1938 e 1961, e analisa as políticas públicas educacionais direcionadas a esse nível de ensino e suas imbricações na constituição da cultura escolar. Já a dissertação de Juliana da Silva Monteiro (2011), intitulada *Cultura escolar: a institucionalização do ensino primário no sul do antigo Mato Grosso (1950-1974)*, propõe-se a desvendar os caminhos percorridos pela escola, atravessando as vicissitudes de seu contexto regional, permeado pela intersecção entre

educacional. O fim da ditadura varguista assinou a volta à democracia, agora com um significado especial: a Constituição de 1946 garantia a elegibilidade do executivo local. Partindo dessa conjuntura nacional, este trabalho mostrará como se relacionavam lideranças políticas do município de Porteirinha, cidade localizada no norte do Estado de Minas Gerais, com as lideranças estaduais nas décadas de 1930 a 1970, com o objetivo de estruturar o sistema educacional da referida cidade.

A manutenção das relações de dependência era indispensável às elites locais no contexto do chamado período democrático (1945-1964). Para Marcelo de Paiva Abreu, “o progressivo fortalecimento do Estado como agente planejador, investidor e parceiro da iniciativa privada fez crescer a importância de se deter o seu controle” (ABREU, 1990, p. 9). Conscientes dessa nova realidade, os chefes políticos de Porteirinha organizaram-se para se fazerem representar em ocasiões estrategicamente políticas, além de concretizarem inúmeros apoios aos chefes políticos estaduais e federais acerca dos assuntos educacionais.

Em âmbito nacional, o fim do Estado Novo assinalou o surgimento de diversas agremiações partidárias no país; porém, a vida política em Porteirinha quase sempre foi marcada pela formação de apenas dois partidos. Em 1938, o então distrito São Joaquim da Porteirinha emancipa-se e torna-se o município de Porteirinha, tendo como primeiros administradores (1938-1947) os interventores indicadas pelo governador de Estado.

Os primeiros chefes políticos eleitos foram Anísio Santos e Anfrísio Coelho, que se revezavam como prefeitos a cada eleição, formando as “administrações Anísio/Anfrísio” (1947-1963). Nesse período, quando não eram prefeitos, eram vereadores; foram até Prefeito e Vice-prefeito ao mesmo tempo. Não é difícil entender os fatores que desencadearam isso: eram pessoas ricas, possuíam grandes extensões de terras, correspondentes bancários, possuíam tradição familiar e influências com governo estadual.

Em 1962, houve efervescência na disputa para o cargo de Prefeito, o que representou um marco na política. O então vereador Alcides Mendes da Silva candidata-se a Prefeito, funda o grupo Gabirobas, oposto aos

uma cultura rural e urbana em ascensão, pelos conflitos políticos e divisionistas do Estado, pela organização de sua população e pelos próprios desafios de uma jovem cidade interiorana na segunda metade do século XX.

Por sua vez, Vanilson Oliveira Paz, em sua dissertação *O município e a organização da Educação: caminhos e desafios da criação e implantação do Sistema Municipal de Ensino de Ananindeu/PA* (2009), investigou o processo de institucionalização do Sistema Municipal de Ensino de Ananindeu, considerando a democratização, a descentralização da educação e a autonomia municipal como categorias centrais. Objetivou a análise de sua organização desde a criação da Lei do Sistema Municipal de Ensino, sua caracterização enquanto sistema municipal e a formulação da sua política educacional. Por fim, Daniela Cristina Lopes de Abreu (2013), com sua tese defendida na Universidade de São Paulo, buscou entender as estratégias de escolarização primária na cidade de Rio Claro/SP, entre 1889 a 1920. Ao buscar mapear as organizações escolares na primeira República, o estudo procurou analisá-las em suas múltiplas estratégias de escolarização primária. A autora procurou entender como as cidades do interior paulista se organizaram para atender à obrigatoriedade da lei do ensino de 1874.

A pesquisa também utilizou como técnica de coleta de dados a análise documental. Nesse sentido, o *corpus* documental foi organizado da seguinte forma:

a) Arquivo pessoal dos principais agentes políticos envolvidos na construção do sistema educacional de Porteirinha, que se encontra no acervo da Casa da Memória da Secretaria de Cultura e Patrimônio Cultural da Prefeitura Municipal de Porteirinha.

b) Legislação de ensino (decretos, leis, resoluções) e algumas legislações municipais sancionadas pelo Poder Executivo nas décadas de 1930 a 1970, que se encontram no setor jurídico da Prefeitura Municipal de Porteirinha.

c) Biografias e redações, além de recortes de jornais. Esse universo, em bom estado de conservação, encontra-se no arquivo histórico da Escola

Estadual Alcides Mendes da Silva.

d) Legislações, registro de candidatos aos cargos eletivos e resultados de eleições municipais da cidade, no período de 1950 a 1970, localizados no Cartório Eleitoral de Porteirinha.

Além das fontes documentais, também concorreram com indescritível presteza as entrevistas com ex-professores, os quais colaboraram com suas lembranças e permitiram, assim, enriquecermos a pesquisa. A escolha por deles não foi aleatória, procuramos intencionalmente uma amostra que proporcionasse dados significativos para o estudo.

Este texto está dividido em três partes: primeiro, apresentamos algumas características socioeconômicas de Porteirinha no período enfocado e a atuação da figura do político nesse local. Na segunda parte, ao traçar o panorama histórico e político, analisamos as primeiras ações na construção da rede educacional pelos interventores. Após o Estado Novo, serão apontadas articulações entre os governos Anísio Santos e Anfrísio Coelho, que promoveram concursos públicos e convênios com o governo estadual. Por fim, ao evocar o governo Alcides Mendes, no início da década de 1960, veremos um sistema educacional maior e mais consolidado. Com um grupo bastante articulado e utilizando estratégias, o líder dos Gabirobas vai propor uma expansão de escola e implementará a construção da Escola Normal, principal instituição formativa do professorado local e regional.

## 2 A figura dos políticos locais

As relações clientelistas que configuravam dependência dos chefes políticos locais se manifestavam mediante favores e se perpetuavam por meio de compromissos, mantendo-se a dominação política das elites econômicas sobre a população. A área educacional também possuía esse caráter recíproco de dependência governo municipal-estadual. José Murilo de Carvalho (1997, p. 3) conceitua clientelismo como “um tipo de relação entre atores políticos que envolvem concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto”. E ainda: “Deputados

trocam votos por empregos e serviços públicos que conseguem graças à sua capacidade de influir sobre o poder executivo” (CARVALHO, 1997, p. 5). Assim, os chefes políticos locais, por meio da relação de dependência governo municipal-governo estadual, além da articulação com outros setores, propunham projetos para estruturar a prosperidade municipal. Ao serem encaminhadas essas propostas, constataram que a área educacional era uma das peças fundamentais na construção dessa nova sociedade.

Conforme a elite local postulava, a educação e a formação do professor viriam para fazer nascer o progresso na cidade. Na prática, delineou-se a perspectiva da educação para o trabalho e para a diminuição da taxa de analfabetos. Era importante pensar em políticas para formar um professor como ponto de partida para o exercício de uma direção voltada para o progresso e para a civilidade (BEZERRA, 2007). Era importante formar os profissionais para atuarem nas escolas primárias da região, com o fim de diminuir o enorme analfabetismo e de transformar a realidade do povo do extremo norte de Minas Gerais.

Segundo Laurindo Mékie Pereira (2002), na década de 1950, o norte de Minas Gerais esteve à margem do desenvolvimentismo. Os efeitos práticos de investimentos surgiram somente na década de 1960, quando foi viabilizada a infraestrutura energética e de transportes e os incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que atraíram à região investimentos industriais em volume expressivo (PEREIRA, 2002). Nesse momento, os políticos da cidade de Porteirinha mobilizavam-se num esforço para atrair os investimentos do Estado.

Conforme Arnaldo Bezerra (1990), o incentivo da Sudene representou grande esperança na cidade, pois faltava energia para os pequenos armazéns e comércios e para o consumo doméstico; as estradas da região eram precaríssimas e existia um alto índice de analfabetismo. As elites locais, predominantemente agrárias, mobilizavam-se para inserir o município nos programas de investimentos públicos<sup>3</sup>. Desse modo, a análise da situação econômica e social de Porteirinha nos anos 1940 e

---

3 Segundo Bezerra (1990), os dois esforços políticos mais significativos são a instalação da agência do Banco do Nordeste, em 1959, e a concretização do projeto Escola Normal de Porteirinha, em 1964.

1950, por exemplo, descortina um quadro nada alentador, e contribui para se compreender essas relações políticas, pois

A cidade mostrava ser precaríssima em, praticamente, todos os setores sociais básicos: água, energia, saneamento básico, transporte, educação. Não existiam casas de crédito para facilitar os negócios do município. O serviço de abastecimento de água potável era precário. As ruas da cidade não possuíam calçamento e a população jogava ali todo tipo de lixo, inclusive matéria orgânica, como animais mortos. Não havia luz nem a motor na cidade. Havia grandes carências de escolas municipais e, conseqüentemente, um enorme contingente de pessoas analfabetas (ESCOLA ESTADUAL ALCIDES MENDES DA SILVA, 1990, p. 3).

Assim, foi nesse cenário que a figura do político local se destacou. Desprovida de renda, de serviços públicos decentes e com baixa instrução, a população era afastada do exercício livre de seus direitos políticos; seu papel restringia-se ao de votar no homem dotado de virtudes especiais, capaz de guiá-la e de resolver o problema por ela, aspecto que pode ser comprovado pela biografia de Alcides Mendes da Silva: “[...] Sua grande obra, a que marcou sua passagem política e o realizou nos seus desejos de libertar o povo do analfabetismo, foi a criação da Escola Normal<sup>4</sup>” (ESCOLA ESTADUAL ALCIDES MENDES DA SILVA, 1990, p. 3).

Os chefes políticos eram, pois, liderança social, política e econômica; utilizavam-se de variadas estratégias para conquistar, exercer e manter seu poder. As divergências em âmbito local eram acirradas, mas os grupos políticos opostos uniam-se na hora de respaldar as candidaturas e os projetos governistas nas esferas estadual e federal. A preservação das relações de dominação política, firmada em práticas clientelistas, era necessária aos projetos políticos e econômicos das elites políticas locais. Segundo Maria Isaura Pereira Queiroz (1969), as vilas e pequenas cidades do interior situaram-se como o ambiente ideal para as práticas clientelistas; na maioria dos casos, reflexos e prolongamentos das áreas

---

4 A Escola Normal de Porteirinha foi criada por meio da Lei nº 3.284, publicada no *Diário de Oficial de Minas Gerais* em 14 de dezembro de 1964. Conforme o artigo 5º, a construção do prédio se deu por meio de convênio celebrado entre o Estado, o Ministério da Educação e Cultura, a Sudene e a Usaid/Brasil (MINAS GERAIS, 1964, p. 2).

rurais ao seu redor.

Nesses pequenos núcleos, verificaram-se todo um trabalho público dos chefes políticos locais: escolas, estradas, igrejas e outros melhoramentos foram obtidos devido a sua influência. Uma parcela do prestígio desses chefes do interior dependia da obtenção desses melhoramentos para a sua comunidade. Por isso, os chefes do interior aderiam normalmente às situações estaduais. Eles precisavam obter o apoio dessas situações para manterem o seu prestígio e angariarem recursos (QUEIROZ, 1969, p. 37).

Em Porteirinha, para manterem os laços políticos com o governo estadual, 13 chefes políticos locais saíram do norte de Minas para assistirem à posse do novo governador de Estado, JK, em 1950. Dentre esses chefes políticos, destacam-se Anísio Santos e Anfrísio Coelho, prefeito municipal (1948-1950) e ex-prefeito, respectivamente. Outro documento textual narra um fato em que se observa a aproximação de Alcides Mendes com o governo estadual e federal:

[...] sempre inconformado com o desprezo como eram tratadas as crianças em idade escolar e os velhos desassistidos, aproximou-se do presidente Getúlio Vargas e tantos outros políticos que praticavam política social (ESCOLA ESTADUAL ALCIDES MENDES DA SILVA, 1990, p. 1).

Na próxima passagem, nota-se como esse chefe político foi um hábil articulador, mantendo a relação de reciprocidade e dependência:

Quando o Sr. Alcides Mendes ouviu o Secretário de Estado da Educação, Dr. Aureliano Chaves, a informação de que um grande Centro de Ensino [Escola Normal e um Centro de Treinamento] seria instalado no Norte de Minas, pôs-se a trabalhar com o máximo de empenho. Fez contato até com o presidente Castelo Branco, em audiência, para que a Escola não fosse negada a Porteirinha [...].

Somou-se ao Dr. José Carlos de Lima, representante do Estado de Minas no Conselho Deliberativo da Sudene, para que a Escola fosse inaugurada (ESCOLA ESTADUAL ALCIDES MENDES DA SILVA, 1990, p. 3).

Eis aí a essência do compromisso dos chefes políticos locais: eles apoiavam incondicionalmente os candidatos oficiais, tanto na esfera estadual quanto na federal, e, em troca, recebiam do Estado “carta-branca” nos assuntos do município.

### 3 O panorama histórico-político-educacional de Porteirinha

Aos 17 de dezembro de 1938, o município conquista sua emancipação e tem como seus primeiros administradores os interventores. Octavio Ianni explica que as interventorias se “constituíram o elemento-chave nas relações do governo central com os Estados, representando efetivamente um meio de enfraquecer as oligarquias regionais pela perda das condições institucionais de sua autonomia” (IANNI, 1971, p. 22). Segundo documentos da Secretaria de Cultura e Patrimônio Histórico de Porteirinha (2005), o bacharel em Direito e tenente da Polícia Militar, Altivo de Assis Fonseca, foi a primeira autoridade constituída no município, nomeado interventor por Benedito Valadares Ribeiro, governador de Minas Gerais. Veja suas características:

Dr. Altivo de Assis Fonseca dirigiu os destinos do Município no período de 01.01.1939 a 31.03.1945, trabalhando pela educação moral e cívica de seus municípes. [...] Dr. Altivo era católico praticante, sendo zelador do Apostolado da Oração do Sagrado Coração de Jesus, do qual foi um dos fundadores e seu primeiro presidente (PORTEIRINHA, 2005, p. 2).

Na época, o município possuía escassez de órgãos públicos, sobretudo na área escolar: havia apenas duas escolas municipais rurais, uma masculina e outra feminina, que funcionavam no povoado de Jatobá, conforme descreve o Decreto-lei nº 17, de 03 de junho de 1940. Na área urbana, existia apenas o Grupo Escolar João Alcântara, que iniciou suas atividades em 1914, época em que Porteirinha pertencia ao município de Grão Mogol (PORTEIRINHA, 2005). Para Carlos Henrique de Carvalho e Luciana Beatriz de Oliveira de Carvalho (2013), no início do século XX, a escolarização primária passou a ser objeto de reflexão intensa entre os dirigentes brasileiros, porque, supostamente, anularia um entrave central

ao progresso do país: os altos índices de analfabetismo. Mais que isso, a escola seria um instrumento valioso para disseminar o novo ideário que se impunha na sociedade (CARVALHO; CARVALHO, 2013).

Segundo Giseli Cristina do Vale Gatti e Geraldo Inácio Filho (2011):

Era preciso mudar, romper com o passado e traçar um novo modelo que trouxesse ares de modernidade, progresso e civilidade. Diante de mudanças de caráter político, econômico e social, a escola vem de encontro aos princípios defendidos pela ordem republicana, a difusão da educação popular, pois as escolas podem ser consideradas instrumentos para o estabelecimento da ordem e o progresso da sociedade. [...] A educação popular foi ressaltada como uma necessidade política e social. A exigência da alfabetização para a participação política (eleições diretas), tornava a difusão da instrução primária indispensável para a consolidação do regime republicano. Além disso, a educação popular passa a ser considerada um elemento propulsor, um instrumento importante no projeto de civilização da nação brasileira. Ganha força um discurso de que a escola torna-se o centro de propagação de conhecimento, cultura e normas de conduta, necessários para o crescimento e expansão da cidade rumo à modernidade. Assim seria a educação o principal o instrumento de formação moral e intelectual de um povo (GATTI; INÁCIO FILHO, 2011, p. 93).

Com um número restrito de unidades escolares, o recém-criado município de Porteirinha vê a necessidade de expandir suas escolas para os diversos recantos. O “Histórico das Escolas de Porteirinha”, um documento inserido no *Plano Decenal Municipal de Educação (2006/2015)*, da Secretaria Municipal de Educação, mostra um importante evento acerca do aumento do número de escolas na década de 1940:

Em virtude da necessidade de ampliar a instrução pública municipal, devido à emancipação, criam-se mais três escolas municipais urbanas: Escola Municipal *Rui Barbosa* que teve como primeira professora a Senhora Hilda Martins Gomes, a Escola Municipal *Barão do Rio Branco* que teve à frente a Senhora Idalice Coelho e a Escola Municipal *19 de Abril* a Senhora Jandira Machado (PORTEIRINHA, 2005, p. 15).

Em outro documento histórico, o Decreto-lei nº 17, de 3 de junho de 1940, publicado pelo interventor Altivo de Assis Fonseca, pode-se

conferir a construção de seis escolas rurais:

#### DECRETO-LEI Nº 17

Cria no município de Porteirinha seis Escolas Rurais Mistas. O Departamento Administrativo do Estado aprovou e eu, Prefeito Municipal de Porteirinha, sanciono o seguinte decreto-lei:

Art. 1º - Ficam criadas no município de Porteirinha seis Escolas Rurais Mistas.

Parágrafo único - Estas Escolas serão denominadas como se segue, funcionarão nas localidades seguintes:

Escola Mista "Duque de Caxias", no lugar denominado "Mocambinho";

Escola Mista "Marechal Deodoro", no lugar denominado "Curral Velho";

Escola Mista "Benjamim Constant", no lugar denominado "Serra Branca";

Escola Mista "General Osório", no lugar denominado "Pulo";

Escola Mista "Florian Peixoto", no lugar denominado "Guará";

Escola Mista "Tiradentes", no lugar denominado "Lages";

Art. 2º - Ficam mantidas a Escola Municipal Masculina e a Escola Municipal Feminina do povoado de Jatobá, as quais passarão a denominar-se, respectivamente, "Escola Presidente Vargas" e "Escola Governador Valadares".

Art. 3º - Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Porteirinha, aos três dias do mês de Junho de 1940.

Dr. Altivo de Assis Fonseca, Prefeito (PORTEIRINHA, 1940, s.p.).

O aumento do número de escolas implicava, pois, aumentar o número de profissionais para ali atuarem. Daí o motivo de o chefe político sancionar a legislação transcrita a seguir:

#### DECRETO-LEI Nº 18

Cria lugares de professores primários rurais e mantém os lugares de professores do povoado de Jatobá.

O Departamento Administrativo do Estado aprovou e eu, Prefeito Municipal de Porteirinha, sanciono o seguinte decreto-lei:

Art. 1º - em virtude da modificação que se faz na parte da instrução pública municipal, com a criação e conseqüente desmembramento deste município do de Grão Mogol, ficam criadas neste município

seis (6) lugares de professores primários.

Art. 2º – Os lugares de professores primários rurais serão providos à medida que o Prefeito julgar necessário.

Art. 3º – Só poderão ser nomeados professores primários rurais, normalistas diplomadas por Escolas reconhecidas ou pessoas habilitadas em concurso de provas, nos termos dos artigos 5º e 6º do decreto-lei nº 5, de 20.2.1939.

[...] Art. 5º - Estes novos professores deverão submeter ao exame de provas, e os que já se encontram em exercício deverão submeter ao exame de provas e títulos em época que será determinada pelo Prefeito Municipal, sem o que serão dispensados dos cargos respectivos.

[...] (PORTEIRINHA, 1940, p. 184).

Percebe-se a preocupação em relação à expansão do quadro de docentes e ao processo de profissionalização desses profissionais: foram criadas mais seis vagas para professores em escolas municipais rurais, e havia a exigência de nomear professores primários rurais que possuíssem diploma de normalista expedido por escolas reconhecidas ou pessoas habilitadas em concursos. Apesar da exigência, a cidade possuía uma carência muito grande de professores com esse nível de qualificação.

Em julho de 1947, nomeado por Milton Campos, Governador do Estado, Anísio Alves dos Santos torna-se pela primeira vez Chefe do Executivo (PORTEIRINHA, 2005), iniciando, dessa maneira, as “administrações Anísio/Anfrísio”, como se descreve a seguir.

#### **4 Porteirinha “democrática”: entre a primeira eleição municipal e as “administrações Anísio/Anfrísio”**

Anísio Alves Santos nasceu em Brumado/BA; foi comerciante em Montes Claros e exerceu, em Porteirinha, os cargos de correspondente dos Bancos do Brasil, do Financal e da Indústria e Comércio. Conforme dados da Secretaria de Cultura e Patrimônio Histórico de Porteirinha (2005, p. 3), “ele foi comerciante à frente do Comércio e Indústria Anísio Santos S/A (CIASA), empresa de beneficiamento de algodão”. Anísio Santos adquiriu a fazenda Mulunguzinho e outras no norte de Minas, sendo pecuarista de grande porte. Importante destacar que, no mesmo

ano em que foi nomeado interventor (1947), aconteceram as primeiras eleições no município, porém, nesse pleito, o político perdeu para Anfrísio Coelho.

Nas palavras de Cunha (2006, p. 33): “Anfrísio Coelho administrou o município entre os anos de 1948 a 1950”. Na biografia desse chefe político, notam-se algumas características pessoais similares às de Anísio Santos:

Fez o curso primário em Grão Mogol, tendo sido transferido para Montes Claros, onde foi aluno do Colégio Diocesano Nossa Senhora Aparecida. Fez o Curso Secundário Curso Superior (Farmácia) em Niterói, onde se formou em 1937. Farmacêutico e político, Anfrísio conquistou grande número de amigos em Porteirinha, Montes Claros e Belo Horizonte, onde mantinha casas de residências. Exerceu por cinquenta anos a profissão de farmacêutico na Farmácia São Joaquim, de sua propriedade. Foi correspondente de vários bancos e comprador de algodão [...]. (ESCOLA ESTADUAL ALCIDES MENDES DA SILVA, 1990, p. 4).

Anísio e Anfrísio revezavam-se prefeitos a cada eleição; quando não eram prefeitos, eram vereadores. Foram até mesmo prefeito e vice-prefeito ao mesmo tempo. Eulinto Martins de Melo (2007), em entrevista, conta a cronologia política:

De 1947 a 1950 – Anfrísio Coelho (prefeito).

De 1951 a 1954 – Anísio Alves dos Santos (prefeito). Anfrísio Coelho (presidente da Câmara de Vereadores).

De 1955 a 1958 – Anfrísio Coelho (prefeito). Anísio Alves dos Santos (presidente da Câmara de Vereadores).

De 1959 a 1962 – Anísio Alves Santos (prefeito). Anfrísio Coelho (vice-prefeito). (MELO, 2007, s.p.).

Não é difícil entender os fatores que desencadearam esses acordos políticos: eram pessoas ricas, possuíam grandes extensões de terras, eram donos de indústrias, correspondentes bancários e mantinham influências com o governo estadual. Além da força econômica, possuíam o apoio de outras lideranças locais.

Durante as “administrações Anísio/Anfrísio”, o concurso público para docentes era outra preocupação da administração escolar. Todos

os professores deveriam ser submetidos ao exame de provas, mesmo aqueles que já atuavam e que não eram efetivos. Iniciava-se uma nova fase, na qual o professor tornava-se um funcionário público, enquadrando-o no *Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais*. No entanto, apesar de enquadrá-lo como agente público, os documentos analisados atestam que as diversas administrações municipais parecem não terem investido muitos recursos financeiros na área educacional. Segundo os valores registrados e contabilizados, a intenção do estado era apenas a de promover o ensino primário, pois este era “obrigatório para todas as crianças em idade escolar”, como rezava a *Constituição do Estado de Minas Gerais*, de 1947. Assim, o estado mineiro deveria organizar e manter seu sistema educativo próprio que abrangesse o ensino (MINAS GERAIS, 1947, p. 22). Observe como os diversos decretos-lei e leis, apresentados a seguir, colocavam em pauta a articulação/cooperação entre os governos municipal e estadual.

A primeira lei analisada foi a nº 183, de 21 de outubro de 1959. Sancionada pelo Prefeito Anísio Santos, expressava a abertura de créditos suplementares da Prefeitura. Nela, a municipalidade gastou com impressos, livros e materiais de expediente da Prefeitura a quantia equivalente a CR\$60.000,00, enquanto que os recursos para aluguel e reparo dos prédios escolares ficaram orçados em somente Cr\$20.000,00 (PORTEIRINHA, 1959, p. 27). Nesse plano, os gastos com a educação pública – que abarcava o ensino primário, o secundário (que, na prática, não existia) e o complementar, além do serviço de inspeção – representavam apenas 11,76% do total geral.

A lei nº 219, de 03 de dezembro de 1960, sancionada pelo mesmo prefeito, dispunha sobre o aumento de vencimentos do pessoal da Prefeitura. A lei fixava o valor da remuneração de um fiscal do distrito da cidade em Cr\$50.400,00, e do encarregado do matadouro em Cr\$21.600,00; em oposição ao salário dos professores do tipo padrão C, que receberiam apenas Cr\$1.400,00, e dos professores padrão A, que recebiam ainda menos, Cr\$1.000, por mês. É uma diferença abismal que aponta para uma triste realidade: o professor há muito tempo é desvalorizado.

Já em 1961, a lei nº 225, de 03 de dezembro de 1960, sancionada pelo prefeito Anísio Santos, autorizava-lhe assinar convênio com o governo do estado de Minas Gerais ou com a sua Secretaria de Estado da Educação, com a finalidade de manter e de expandir a rede escolar urbana e rural.

## **5 Liobas e Gabirobas – entre o “ódio mortal”<sup>5</sup> e a articulação de um só projeto: estar com o governo estadual**

As eleições de 1962 vieram romper os acordos políticos Anísio/Anfrísio. O então vereador de Porteirinha, Alcides Mendes da Silva, concorre ao cargo de Prefeito municipal e sai vitorioso. O pleito, de um lado, contou com a participação do experiente Anfrísio Coelho; por outro lado, com o jovem candidato Alcides Mendes da Silva. Esses dois blocos foram popularmente denominados de Liobas e Gabirobas, marcando uma nova etapa na política local. Melo (2007) descreve como essas forças políticas, por mais de 20 anos, vão se alternar no poder:

De 1963 a 1966 – Alcides Mendes da Silva (Gabirobas).

De 1967 a 1970 – Anfrísio Coelho (Liobas).

De 1971 a 1972 – Antônio Eustáquio Tolentino (apoiado pelo chefe dos Gabirobas).

De 1973 a 1976 – Dr. Adir Pinheiro (apoiado pelo chefe dos Liobas).

De 1977 a 1982 – Alcides Mendes da Silva (Gabirobas).

De 1983 a 1988 – Wilson José da Cunha (apoiado pelo chefe dos Gabirobas). (MELO, 2007, s.p.).

Com a imposição do Ato Institucional nº 2, em 17 de outubro de 1965, que extinguiu os partidos políticos e implantou o bipartidarismo<sup>6</sup>, surgem a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de sustentação do regime, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que reunia

---

5 Título inspirado em Leal (1997, p. 48), ao afirmar que as correntes políticas municipais se digladiam com ódio mortal, mas, comumente, cada uma delas pretendia obter as preferências do governo do Estado.

6 Conforme Fausto (2001), o modelo do bipartidarismo pôde ter sido espelhado na experiência norte-americana. Esse modelo fez com que os militares soubessem quem era o inimigo interno e quem deveria ser vigiado mais de perto pelos órgãos de segurança e informação, devido ao perigo comunista na América Latina.

opositores de diversas tendências. Em Porteirinha, conforme dados do Cartório Eleitoral (1966), predominaram candidatos da legenda ARENA<sup>7</sup>. Liobas e Gabirobas disputavam os sucessivos pleitos municipais, mas, quando se tratava do apoio à esfera estadual ou federal, todos se uniam.

A biografia de Alcides Mendes da Silva narra uma trajetória de vida de menino nascido numa fazenda que passa a líder político local. Possuía como características a facilidade de se articular com as diversas personagens políticas e financeiras na região. Dotado de habilidades para o ramo comercial, na compra de gado e algodão, administrava uma indústria de cerâmica e uma fazenda, o que o ajudou a prosperar. Sua riqueza fez com que muitos outros agricultores da região ficassem dependentes, pois os avalizava. Fez amizades com famílias ricas e influentes, como a família Athayde, de Montes Claros, conforme afirma Bezerra (2007). Além disso, uma de suas articulações com a iniciativa público/privada e resulta na vinda de dois bancos para a cidade, o Banco Oficial e o Banco do Nordeste, este último por intermédio da Sudene. O prefeito queria, portanto, iniciar uma transformação daquela realidade que se apresentava precária e com deficiências econômicas e estruturais.

Esse conjunto de atributos levava-o a assegurar a adesão cada vez maior de parcelas da população ao seu projeto de direção. Neste, inseria-se o conjunto de medidas administrativas que visavam incentivar a expansão dos negócios em Porteirinha e a estruturação de serviços básicos como energia, água e calçamento urbano, que na época não existiam (BEZERRA, 1990). Além dessas medidas, o chefe político preocupou-se com a formação do professor e com a expansão da rede escolar:

Compelido pela exigência do povo, candidatou-se a prefeito de Porteirinha [...]. Foi como prefeito que ele conseguiu realizar o seu sonho de diminuir as carências de escolas municipais. No propósito de alfabetizar o seu povo, construiu 32 escolas, dotando-as de prédio próprio, carteiras, quadro negro e professoras (ESCOLA ESTADUAL ALCIDES MENDES DA SILVA, 1990, p. 2).

---

7 Conforme o Livro de Registro de candidatos aos cargos eletivos da zona eleitoral de Porteirinha para as eleições de 15 de novembro de 1966, protocolaram processos para candidatura: Anfrísio Coelho e Anísio Alves dos Santos, para os cargos de prefeito e vice-prefeito, e vários candidatos aos cargos de vereadores, todos pela legenda da ARENA (CARTÓRIO ELEITORAL DE PORTEIRINHA, 1966, p. 81).

Nos registros pesquisados, não se encontrou um número tão expressivo de construções escolares como o aventado na citação anterior. Importante dizer, então, sobre a grande contribuição que esse chefe político deu à área educacional. A política educacional empregada por ele era a de espalhar uma quantidade elevada de escolas para levar a instrução básica à população. Alcides Mendes da Silva soube aproveitar todo seu potencial articulador para angariar recursos. A criação de um plano educacional voltado para a formação de professores de Porteirinha e região norte-mineira foi a meta estabelecida por ele e pelo seu grupo: “a Escola Normal passou a ser sua grande obsessão e pôs-se a trabalhar com o máximo de empenho por ela” (ESCOLA ESTADUAL ALCIDES MENDES DA SILVA, 1990, p. 3). Isso porque Alcides sabia dos verdadeiros benefícios de se ter uma Escola Normal instalada dentro da cidade: preferência da população pelo espaço urbano; vinda de muitos estudantes de outras cidades para a região, fazendo com que o município ficasse conhecido regionalmente; tornar a instituição uma das referências em formação docente no norte de Minas Gerais; alfabetizar o maior número de crianças; formar professores habilitados para atuarem nas escolas e capacitar os já em exercício. Conforme dados de Ana Maria Casasanta Peixoto:

[...] embora no início da década de 1970 o curso normal concentrasse 11,8% da matrícula nos cursos de nível médio, o número de leigos nas escolas mineiras era grande, conforme indicam os dados do censo escolar de 1964, segundo os quais, nesse período, 44% dos professores em exercício nas escolas primárias de Minas Gerais eram leigos e entre esses 5% não possuíam, nem mesmo, o ensino primário. (PEIXOTO, 2005, p. 21).

Vemos, portanto, que a educação vai sendo assumida como necessária para o desenvolvimento local. Além disso, a presença da Escola Normal traria outro benefício para os chefes políticos: quem tivesse a direção da Escola possuiria força política e a mais nova coisa pública da cidade, o grandioso prédio da Escola Normal. A fala de Delcy Pereira dos Santos (2007), ex-secretária, vai nesse sentido:

A Escola Normal era uma coisa que chamava atenção, porque era da região, todo mundo se encantava com a Escola Normal, e todo mundo queria ser o responsável por ela. Então, todo político visava ter nas mãos o controle dessa escola, ou seja, queria ter do seu lado diretor e funcionário ali dentro.

[...] A Escola Normal era onde as pessoas mostravam o poder político, era onde tinha uma repercussão muito grande, onde ia muita gente. E tudo o que fosse feito em favor da Escola Normal, a repercussão era muito grande. Então todo mundo queria ter a Escola Normal nas mãos, ser diretor (SANTOS, 2007, p. 2).

Todas essas relações de poder traziam também relações de dependência; por exemplo, os políticos locais precisavam do apoio político estadual para nomear a diretora da escola; esta, sem dúvida, então, os apoiava.

Em 1967, já sob a administração de Anfrísio Coelho, a Prefeitura assina convênio com o MEC, visando à construção de dois grupos escolares nas comunidades denominadas Tocandira e Tanque, além de criar o primeiro órgão municipal de educação, denominado Departamento de Educação e Cultura (PORTEIRINHA, 2005). Este órgão “tinha o objetivo de reger o Ensino Primário Municipal”. O artigo 2º de sua lei de criação expressa que “fica criado, no Quadro de Pessoal da Prefeitura, o cargo de Chefe do Departamento da Educação, com o vencimento seguinte: NCr\$1.200,00” (PORTEIRINHA, 1967, p. 166).

O Livro nº 3 das Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de Porteirinha acrescenta que, por meio da lei nº 344, de 24 de fevereiro de 1967, “fica o prefeito autorizado a assinar convênio com a Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais para manutenção e expansão da rede escolar [...] de acordo com o Código do Ensino Primário” (PORTEIRINHA, 1967, p. 167).

Já no ano de 1971, o então prefeito Antonio Eustáquio Tolentino, logo após sua posse, promove reestruturação no quadro do funcionalismo público, sobretudo o dos professores, pautando-se na mudança de lotação, em vencimentos de acordo com a titularidade e pela necessidade de se criarem novas escolas e novas vagas para professores. Confirma essas mudanças na legislação:

### LEI Nº 402

Reestrutura o Quadro do Funcionalismo do Município e contém outras providências.

A Câmara Municipal de Porteirinha, por seus representantes legais, Decreta e eu sanciono a seguinte lei.

Art. 1º - Ficam mantidos os dez cargos de Professoras Normalistas constantes do orçamento vigente, os quais, juntamente com as Professoras de padrão "A", serão lotadas de preferência nos grupos escolares da zona urbana. Além disso, prevê um aumento do quadro do pessoal, mais 50 (cinquenta) cargos de professores rurais.

Parag. 2º - Os seus vencimentos serão de Cr\$ 540,00 (quinhentos e quarenta cruzeiros) anuais.

[...] Parag. 5º- Fica igualmente autorizado a criar as escolas que se fizerem necessárias, de acordo com as necessidades locais, e regionais, bem como aumentar o número de professoras para cada classe de 30 (trinta) alunos comprovadamente existentes em cada escola criada. [...] (PORTEIRINHA, 1971, p. 272).

A legislação provocou a mudança de lotação dos docentes, dando-se prioridade para que os professores normalistas atuassem nos grupos escolares da cidade. Outro dado que faz avaliar a qualidade da educação era que o município, incluindo as áreas urbana e rural, contava com apenas dez professoras normalistas, contra 120 professoras Padrão A, B, C, D, que possuíam apenas o ensino primário. As professoras que possuíam o diploma do curso Normal, expedido em escolas normais ou em institutos de educação, representavam um número ínfimo, chegando a ser menos de dez por cento.

## 6 Considerações finais

Ao utilizarmos o recurso da história regional e local e ao observarmos com uma lente de aumento as particularidades dessa cidade interiorana, foi possível identificar a criação do grupo escolar, a expansão das escolas isoladas e os sujeitos que circularam nesses espaços. Dessa forma, ficou evidente que os municípios tiveram um papel importante no processo de escolarização, e as escolas isoladas foram fundamentais para a institucionalização do sistema educacional. Reconhecer o papel

das organizações civis e políticas, das famílias, das professoras e de suas reivindicações educacionais possibilitou discutir a construção do sistema educacional em sentido mais amplo. Assim, encontrou-se uma multiplicidade de estratégias políticas e educacionais que permitem, inclusive, abrir novas perspectivas de estudos.

Neste texto, foi possível perceber algumas relações políticas que ajudaram a construir o sistema escolar da cidade de Porteirinha/MG. Além da força econômica, os chefes políticos possuíam o apoio de outras lideranças locais, como a religiosa. Possuíam força social, política e econômica, e utilizavam variadas estratégias para conquistar, exercer e manter seu poder. Em âmbito local, as divergências eram acirradas; no entanto, na hora de respaldar as candidaturas e os projetos governistas em níveis estadual e federal, os grupos políticos opostos se uniam.

Pautados no discurso de mudança, os dirigentes políticos traçaram um novo modelo de cidade, objetivando que trouxesse ares de progresso, mediante a implantação de um sistema escolar. Durante o período estudado, o número de crianças na escola primária foi ampliado, progressivamente, e o sistema educacional também. Muitas escolas foram construídas, principalmente na zona rural. Também foi criada a Secretaria Municipal de Educação e a Escola Normal, para formação do professorado.

Os prefeitos que iniciavam o mandato geralmente faziam reestruturações no quadro dos funcionários municipais. A educação pública, no período de 1940 a 1970, de forma geral, cresceu de forma quantitativa. Para isso, o município sempre procurava assinar convênios com o governo estadual e com a Secretaria de Estado de Educação.

Finalmente, no pensamento da população local, a educação e a formação do professor viriam para fazer nascer o progresso na cidade. Isso denota a centralidade que aquela sociedade dava às atividades que se realizavam no ensino e na alfabetização do povo norte-mineiro, tentativas de formação de uma mentalidade dita adequada aos novos tempos que estavam por vir.

## Referências

ABREU, Daniela Cristina Lopes de. **As estratégias de escolarização primária na cidade de Rio Claro - São Paulo (1889-1920)**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A ordem do progresso** – cem anos de política econômica republicana (1889-1989). Rio de Janeiro: Campus, 1990.

BEZERRA, Arnaldo. **A Escola Normal de Porteirinha**. Porteirinha/MG: Escola Estadual de Porteirinha. Palestra proferida na comemoração dos 25 anos da Escola Normal de Porteirinha, 1990.

CARTÓRIO ELEITORAL DE PORTEIRINHA. **Protocolo de registro de candidatos para eleição a se fizer em 15 de novembro de 1966**. Livro de registro de candidatos aos cargos eletivos da zona eleitoral. Porteirinha/MG, 11 de outubro de 1966.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual**. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1997.

CARVALHO, Carlos Henrique de; CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira de. Educação e modernização em Minas Gerais: os princípios da Reforma Francisco Campos (1926–1930). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 51, p. 139-156, jun. 2013.

CUNHA, Osvaney Barbosa. **Serranópolis de Minas...** Nossa Terra, Nossa História! Serranópolis de Minas/MG, 2006. (Mímeo).

ESCOLA ESTADUAL ALCIDES MENDES DA SILVA. **Documento textual Biografia do Sr. Alcides Mendes da Silva**. Porteirinha/MG, 1990.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 9. ed. São Paulo: EdUSP, 2001.

GATTI, Giseli Cristina do Vale; INÁCIO FILHO, Geraldo. Cidade urbanizada e o espaço escolar do Gymnásio Mineiro de Uberlândia de fins do século XIX a primeira metade do século XX. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 10, n. 1, p. 93-121, jan./jun. 2011.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930/1979)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MARTINSON, Célia Carmem. **Institucionalização da Escola Pública em área rural - Joaçaba-SC (1938-1961)**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2009.

MINASGERAIS. Constituição (1947). **Constituição do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1965.

MINASGERAIS. Órgão Oficial dos Poderes do Estado. **Cria um Colégio Normal Oficial na cidade de Porteirinha**. Belo Horizonte, ano LXXII, n. 241, 15 de dezembro de 1964.

MONTEIRO, Juliana da Silva. **Cultura escolar: a institucionalização do ensino primário no sul do antigo Mato Grosso. O Grupo Escolar Tenente Aviador Antônio João em Caarapó-MS (1950-1974)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2011.

PAZ, Vanilson Oliveira. **O município e a organização da educação: caminhos e desafios da criação e implantação do Sistema Municipal de Ensino de Ananindeu-PA**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. Magistério: idas-e-vindas de uma profissão – Minas Gerais (1889-1970). In: PEIXOTO, Ana Maria Casasanta;

PASSOS, Mauro (Orgs.). **A escola e seus atores: educação e profissão docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PEREIRA, Laurindo Mékie. **A cidade do favor: Montes Claros em meados do século XX**. Montes Claros/MG: Editora Unimontes, 2002.

PORTEIRINHA/MG. Lei 225 de 03 de dezembro de 1960. Autoriza a assinar convênio com o Governo do Estado de Minas Gerais ou sua Secretaria de Educação para a manutenção e expansão da rede escolar rural. **Livro 03 – Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de Porteirinha**, Porteirinha/MG, 28 de dezembro de 1957.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei 17, de 03 de junho de 1940. Cria no município de Porteirinha seis Escolas Rurais Mistas. **Livro 01 – Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de Porteirinha**, Porteirinha/MG, 14 fevereiro 1939.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei 18, de 02 de agosto de 1940. Cria lugares de professores primários rurais e mantém os lugares de professores do povoado de Jatobá. **Livro 01 – Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de Porteirinha**, Porteirinha/MG, 14 fevereiro 1939.

\_\_\_\_\_. Lei 183 de 21 de outubro de 1959. Abre créditos suplementares. **Livro 03 – Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de Porteirinha**, Porteirinha/MG, 28 de dezembro de 1957.

\_\_\_\_\_. Lei 219 de 03 de dezembro de 1960. Dispõe sobre aumento de vencimentos do pessoal da Prefeitura. **Livro 03 – Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de Porteirinha**, Porteirinha/MG, 28 de dezembro de 1957.

\_\_\_\_\_. Lei 344 de 24 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre convênio com a Secretaria da Educação. **Livro 03 – Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de Porteirinha**, Porteirinha/MG, 28 de dezembro de 1957.

\_\_\_\_\_. Lei 354 de 19 de dezembro de 1967. Cria o Departamento de Educação. **Livro 03 - Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de Porteirinha**, Porteirinha/MG, 28 de dezembro de 1957.

\_\_\_\_\_. Lei 402 de 19 de fevereiro de 1971. Reestrutura o Quadro do Funcionalismo do Município e contém outras providências. **Livro 03 - Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de Porteirinha**, Porteirinha/MG, 28 de dezembro de 1957.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Porteirinha. **Plano Decenal Municipal de Educação (2006/2015)**. Porteirinha/MG, 13 de dezembro de 2005.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **O mandonismo local na vida política brasileira**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

### **Entrevistas**

Arnaldo Bezerra. 19/08/2007

Delcy Pereira dos Santos. 30/07/2007

Eulinto Martins de Melo. 20/04/2007

Recebido em 14/06/2016  
Aprovado em 26/08/2016